

O RETRATO DA ADOLESCÊNCIA E DA JUVENTUDE BRASILEIRA: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?¹

Divaneide Lira Lima Paixão²
Angela Maria de Oliveira Almeida³

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar os resultados de uma revisão de literatura acerca dos conceitos de adolescência e juventude. O estudo foi realizado utilizando-se artigos publicados na base de dados *Scielo* Brasil, de janeiro de 2005 a junho de 2008. Os 143 artigos encontrados, em sua maioria, estão vinculados às pesquisas nas áreas de Saúde e Psicologia, especialmente quando o termo utilizado é adolescência ou adolescente, e tratam de temas como uso de drogas, gravidez, violência, nutrição e outros. Além disso, as pesquisas oferecem elementos para pensar a adolescência como sendo ainda marcada por estereótipos e representações negativas. Percebeu-se também que as pesquisas sobre juventude buscam discutir questões mais gerais que despertam o interesse de diferentes áreas do conhecimento como Antropologia, Educação e Sociologia. Por fim, observou-se que são muito escassas as pesquisas sobre adolescência e juventude na área de educação, lacuna que deve ser superada com brevidade.

Palavras-chave: adolescência; juventude; revisão de literatura.

ABSTRACT

PORTRAIT OF ADOLESCENT AND YOUTH BRAZILIAN: WHAT DOES RESEARCH REVEAL?

This article aims to present the results of a literature review about the concepts of adolescence and youth. The study was conducted using articles published in ScieloBrasil data base, from January 2005 to June 2008. The 143 articles observed are, in great part, related to researches in Psychology and Health fields, especially when the words adolescence or adolescent are used, and deal with issues such as drug usage, pregnancy, violence, nutrition, among others. Furthermore, the researches offer elements to know the adolescence as yet being marked by stereotypes and negative representations. It has been also noticed that the researches about youth intend to discuss general questions that enhance the interest on knowledge fields such as Anthropology, Education and Sociology. Finally, it has been observed that the researches about adolescence and youth in Education field are scarce, a gap that should be soon overcome.

¹ Pesquisa bibliográfica realizada para a tese doutoral da primeira autora, sob orientação da segunda, Profa. Dra. Angela Maria de Oliveira Almeida. A pesquisa foi realizada no Instituto de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, na Universidade de Brasília.

² Pedagoga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (2008). Contato: divaneide@ucb.br

³ Psicóloga, Mestre em Psicologia da Educação e Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain (1992). Contato: aalmeida@unb.br

Keywords: adolescence,youth,literature review.

INTRODUÇÃO

Foram identificados no Censo Demográfico brasileiro, realizado em 2000⁴, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de trinta e cinco milhões de pessoas na faixa etária de 10 a 19 anos de idade. Considerando a faixa etária de 10 a 24 anos, esse número subia para mais de cinquenta e um milhões de jovens no país, representando o equivalente a 30% da população, o que certamente, dá uma dimensão da amplitude e importância que as pesquisas voltadas para essa parcela da população adquirem no cenário brasileiro.

De fato, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sob o fenômeno da adolescência e sobre as questões da juventude brasileira. As pesquisas que se propõem a estudá-las oferece o alicerce teórico e conceitual que tem servido de base para as políticas públicas dirigidas a essa parcela da população no Brasil.

Julgou-se importante centrar atenção em ambos os conceitos, *adolescência e juventude*, já que, no Brasil, estes termos são usados quase como sinônimos, sendo, portanto, categorias pertinentes às análises aqui propostas. Vale sinalizar que uma diferença fundamental entre estes conceitos é o uso que se faz mais frequente em uma ou outra área de conhecimento. Assim, por exemplo, a psicologia utiliza mais o termo adolescência, enquanto que a sociologia se utiliza mais do termo juventude.

Para fazer um levantamento de quais têm sido os temas tratados nas pesquisas que abarcam essa “fase do desenvolvimento” que compreende a adolescência e a juventude, foram considerados os artigos completos, publicados na *SciELO-Brasil* e considerou-se como critério de seleção para pesquisa dos artigos o uso dos termos: *adolescente e adolescência, jovem e juventude*, associados aos anos de publicação, compreendo o intervalo de tempo de janeiro de 2005 a junho de 2008. Não foram consideradas as publicações como resumos de teses, cartas, resenhas, editoriais, diretrizes e guias médicos ou artigos que traziam a palavra jovem, mas não discutiam as questões próprias da juventude⁵.

⁴ O IBGE realizou outro Censo Demográfico em 2010, mas os resultados ainda não estão totalmente sistematizados, por isso para este artigo ainda foi preciso trabalhar com os dados do ano de 2000.

⁵ Como é o caso de dois artigos da área filosófica que buscavam analisar a estética e o romantismo presentes na obra do jovem GyörgyLukács.

No período indicado, foram localizados 143 artigos, dos quais 112 tinham no título as palavras *adolescência ou adolescente* e 31 apresentavam o título com as palavras *juventude ou jovem*⁶. Os dados dessa revisão foram apresentados levando-se em consideração a diferenciação dos termos da pesquisa. Assim, os Quadros 01 e 02 apresentados a seguir buscam sintetizar, respectivamente, as informações relativas às pesquisas com os termos *adolescência ou adolescente* e *juventude ou jovem*. Na primeira tentativa de síntese, as informações foram organizadas por ano de publicação, identificando-se, também a área de conhecimento e a quantidade de artigos por área de conhecimento. Em seguida, os artigos foram categorizados por temas, ano de publicação e total de artigos por área de conhecimento e porcentagem, o que dá um panorama aproximado acerca do interesse que tem mobilizado os pesquisadores.

A análise dos artigos revelou aspectos particulares dos conceitos de adolescência e juventude, além de possibilitar ao leitor um retrato aproximado de como estes conceitos têm sido tratados e veiculados, ao passo que os pesquisadores discutem questões pertinentes a esses sujeitos como envolvimento com drogas, maternidade, violência, nutrição e outros.

ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: AS PARTICULARIDADES NAS PESQUISAS

O Quadro 01 revela que as palavras adolescência e adolescente estão mais vinculadas às pesquisas nas áreas de saúde e psicologia. O interesse dos profissionais da área de saúde parece ter sido maior. Os números mostram que 67,86% dos artigos dessa seleção se encontram vinculados a esta grande área do conhecimento, o que corresponde efetivamente a 76 artigos, contra 31 (27,68%) publicados por profissionais da psicologia. Apenas 0,05% são de artigos publicados em outras áreas – estudos do gênero e educação.

Quadro 01. Distribuição de artigos levantados na base de dados *Scielo-Brasil*, por ano e área de conhecimento, contendo no título os termos *adolescência ou adolescente*.

⁶ Quando os termos descritores (*adolescente* e *juventude*) são escritos no plural, o número de artigos selecionados pela base de dados aumenta consideravelmente. De um total de 143 artigos, passa-se a ter 1430 artigos, considerando aí todas as grandes áreas do conhecimento, inclusive aquelas ligadas às Ciências Agrárias, Biológicas, e às Engenharias.

| <i>Ano /Total de artigos</i> | <i>Área de conhecimento</i> | <i>Frequência</i> |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| 2005 (32) | Saúde / Medicina | 21 |
| | Psicologia | 10 |
| | Estudos do Gênero / Feminismo | 01 |
| 2006 (30) | Saúde / Medicina | 19 |
| | Psicologia | 10 |
| | Estudos do Gênero / Feminismo | 01 |
| 2007 (39) | Saúde / Medicina | 28 |
| | Psicologia | 08 |
| | Educação | 02 |
| | Estudos do Gênero / Feminismo | 01 |
| 2008 (11) | Saúde / Medicina | 08 |
| | Psicologia | 03 |
| Total | | 112 |

Uma comparação entre os quadros 01 e 02 mostra, de forma muito interessante, como o termo adolescência está mais vinculado às pesquisas na área de Psicologia que o termo juventude, e como este último se presta a discutir questões mais gerais, que despertam o interesse de diferentes áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, as Ciências Sociais e a Sociologia.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência corresponde a um período em que: (1) o indivíduo cruza do ponto do surgimento inicial dos caracteres sexuais secundários até chegar à maturidade sexual; (2) os seus processos psicológicos e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta; (3) passa de um estado de dependência econômica total para outro de relativa independência. Reis e Zioni (1993) esclarecem que para a OMS não é possível impor limites específicos à adolescência, e que este termo corresponde a uma classificação social que varia tanto em sua composição como nas decorrências de seu uso. Na contemporaneidade, juntam-se às questões cronológicas os aspectos hormonais e fisiológicos,

as conquistas e funções cognitivas, os parâmetros socioafetivos, a construção dos recursos intrapsíquicos e as macrodimensões históricas, sociais e morais.

Quadro 02. Distribuição de artigos levantados na base de dados *Scielo-Brasil*, por ano e área de conhecimento, contendo no título os termos *juventude ou jovem*.

| <i>Ano /Total de artigos</i> | <i>Área de conhecimento</i> | <i>Frequência</i> |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| 2005 (08) | Sociologia / Ciências Sociais | 04 |
| | Saúde/Medicina | 02 |
| | Educação | 01 |
| | História | 01 |
| 2006 (13) | Saúde/Medicina | 06 |
| | Sociologia / Ciências Sociais | 03 |
| | Psicologia | 02 |
| | Educação | 01 |
| | Antropologia | 01 |
| 2007 (09) | Saúde/Medicina | 03 |
| | Psicologia | 02 |
| | Educação | 02 |
| | História | 01 |
| | Sociologia / Ciências Sociais | 01 |
| 2008 (01) | Saúde/Medicina | 01 |
| Total | | 31 |

É como se falar de adolescência fosse algo próprio da Psicologia e falar de juventude fosse algo da competência dos pesquisadores das ciências sociais. Em outras palavras, pode-se dizer que o tema da adolescência parece estar vinculado a áreas mais restritas, como o próprio desenvolvimento dos sujeitos nessa fase da vida e seus modos de significação da realidade que os

cerca, enquanto que o tema da juventude, ao que parece, amplia e diversifica o foco das discussões envolvendo um cabedal mais amplo de questões.

Como pode ser observado no Quadro 02, apareceram menos artigos vinculados às áreas de Saúde/Medicina e de Psicologia, e houve uma ampliação para outras áreas que focalizam o tema da juventude, o que se coaduna com a observação de Freitas (2005, p. 07), que sugere que o termo juventude é mais usado “quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público”. Essa mesma autora avalia que o termo juventude ficou fora do debate social até meados dos anos 1990, quando uma nova manifestação do tema emergiu focada na preocupação social com os problemas vividos e nas dificuldades de inserção e integração social.

As temáticas desenvolvidas nas pesquisas podem ser visualizadas no Quadro 03. Optou-se por apresentar os temas relativos aos conceitos de adolescência e juventude juntos, porque tal como já sinalizado, o que tem diferenciado o uso dessas terminologias é basicamente a área de conhecimento. Isto significa que mostrar essa síntese geral não prejudica a análise dos temas.

A alta ocorrência na área de saúde ou médica (que concentra 61,6% dos artigos no geral) que inclui as pesquisas de enfermagem, psiquiatria, fisioterapia, ginecologia e outras, mostra uma preocupação com o tratamento de certas doenças que acometem os adolescentes, como é o caso do transtorno bipolar (BOARATI; FU-I, 2008; ROHDE; TRAMONTINA, 2005), e dos problemas com a tireoide (MADEIRA et al, 2005; MONTE et al, 2007).

A gravidez também foi um tema recorrente na área de saúde, sendo examinada em relação à maternidade/paternidade (DIAS; AQUINO, 2006), aborto (PERES; HEILBORN, 2006) uso de drogas (CAPUTO; BORDIN, 2008; MITSUHIRO et al, 2006), riscos de gravidez precoce (CARNIEL et al, 2006; MAGALHÃES et al, 2006) dentre outros.

Um aspecto que merece atenção na área de saúde é o interesse mostrado pelos profissionais no atendimento prestado aos pacientes jovens. Dentre as 11 pesquisas com esse tema, destacam-se aquelas relacionadas ao atendimento anestésico (AGUIAR et al, 2005), às estratégias de cuidados do adolescente com câncer (SOUZA; OLIVEIRA, 2007) ou ainda com semiologia e atenção primária a crianças e adolescentes (BLANK, 2007).

Quadro 03. Distribuição dos temas desenvolvidos em pesquisas recentes sobre adolescência ou juventude, por área de conhecimento.

| <i>Área de conhecimento</i> <i>Total de artigos/%</i> | <i>Temas</i> | <i>Frequência</i> |
|--|--|-------------------|
| Saúde / Medicina (88 artigos/61,6%) | Tratamento de Doenças específicas | 23 |
| | Gravidez, maternidade, aborto | 21 |
| | Atendimento médico a crianças e adolescentes | 11 |
| | Sexualidade e Gênero | 06 |
| | Abuso, exploração sexual e violência intrafamiliar | 06 |
| | Drogas e alcoolismo | 06 |
| | Prática de esportes, Lazer e qualidade de vida | 05 |
| | Nutrição / obesidade | 03 |
| | Situação de Vulnerabilidade social | 02 |
| | Autoestima, bem-estar psicológico | 02 |
| Outros (sofrimento psíquico, acidentes, vacinas) | 03 | |
| Psicologia (35 artigos/24,5%) | Conceituação, subjetividade e identidade | 08 |
| | Institucionalização e Família | 06 |
| | Gravidez, maternidade, aborto | 04 |
| | Drogas e alcoolismo | 04 |
| | Sexualidade e Gênero | 03 |
| | Transtorno Mental, estresse/ depressão | 02 |
| | Agressividade e delinquência | 02 |
| | Situação de risco e vulnerabilidade social | 02 |
| | Violência contra o adolescente | 01 |
| | Outros (Escolha profissional, motivação, saúde) | 03 |

| | | |
|---|---|------------|
| | Juventude e religião | 01 |
| | Juventude e trabalho | 01 |
| | Vara Especial da Infância e adolescência | 01 |
| Sociologia (08 artigos/5,6%) | Violência urbana, juventude e polícia | 01 |
| | Tradição e modernidade | 01 |
| | Sociologia da juventude | 01 |
| | Gangsterismo jovem | 01 |
| | Identidade de gênero e pobreza | 01 |
| | Autoconceito do adolescente deficiente auditivo | 01 |
| Educação (06 artigos/4,1%) | Relacionamento, sexualidade e política-social | 02 |
| | Mídia, juventude e cultura | 01 |
| | Projeto escolarização e poder local | 01 |
| | Juventude, educação e trabalho | 01 |
| Gênero / Feminismo (03 artigos/2,1%) | Socialização | 01 |
| | Trabalho Infantil | 01 |
| | Construção da identidade | 01 |
| História (02 artigos/1,4%) | Incultura e criminalidade no século XIX | 01 |
| | Cidades da Juventude em Fortaleza | 01 |
| Antropologia (01 artigo/0,7%) | Juventude e gravidez | 01 |
| Total | | 143 |

Outras temáticas apareceram ainda nas pesquisas da área médica, como aquelas referentes ao uso de álcool e drogas na adolescência, à sexualidade e gênero, às situações de vulnerabilidade social. Essas temáticas, assim como aquelas vinculadas à gravidez, à construção da identidade e à depressão, também aparecem nas pesquisas do campo da Psicológica (que representa 24,5% dos artigos encontrados) e evocam a tradicional ideia de “síndrome da adolescência normal” desenvolvida especificamente por Knobel, na obra *Adolescência Normal* assinada por ele e

Aberastury, em 1988. Sob essa expressão, Knobel situa as crises, transtornos e comportamentos atípicos, pelas quais o adolescente normalmente passaria durante esse período da vida. O autor indica haver dez características que formam a chamada “síndrome da adolescência normal”, a saber: (1) busca de identidade; (2) tendências grupais; (3) intensa vida de fantasia; (4) crises religiosas; (5) crise de temporalidade; (6) evolução sexual – que vai do autoerotismo para a heterossexualidade genital; (7) atitudes sociais reivindicatórias; (8) conduta direcionada mais pela ação do que pelo pensamento; (9) separação progressiva dos pais; (10) variações do estado de ânimo. Esses aspectos parecem, de fato, qualificar um “adolescente normal” e alguns deles são discutidos nas pesquisas levantadas para este estudo.

Discussões acerca da construção da identidade na adolescência podem ser encontradas no trabalho Oliveira (2006), que debate criticamente a construção histórica da categoria adolescência como objeto da Psicologia do Desenvolvimento e utiliza como argumento central à ideia de que ao abordar a adolescência ora como dominada por paixões e tormentos, ora como demonstração maior de racionalidade, a Psicologia do Desenvolvimento acabou se afastando dos reais problemas que os adolescentes enfrentam hoje e contribuiu para a naturalização de processos humanos estabelecidos na tessitura sociocultural que separam a adolescência das práticas sociais que a caracterizam. A autora sugere, portanto, que é preciso investir em uma nova epistemologia da adolescência e no diálogo com perspectivas contemporâneas do enfoque da subjetividade, tais como a psicologia narrativa e a perspectiva do *self* dialógico.

O efeito da ciência na construção da identidade adolescente também foi discutido pela psicanalista Fernanda da Costa Moura (2005), que alerta para o fato de que o resultado desse efeito foi à construção de um indivíduo esvaziado de positividade e desprovido dos laços simbólicos. Um indivíduo suspenso do seu lugar de sujeito e mais suscetível à transformação social e tecnológica. Alguém que “testemunha com nitidez e contundência – em seus atos, suas patologias, problemas e dificuldades de toda espécie – o efeito desta incidência da ciência e do capitalismo em sua forma extremada atual sobre o campo do sujeito” (p. 114-115).

Oliveira (2006) e Moura (2005) resgatam essa ideia de crise na construção da identidade adolescente para criticá-la e mostrar que essa construção não tem, necessariamente, que envolver problemas de toda ordem como historicamente tem sido apontado em trabalhos psicanalíticos. Oliveira (2006) indica que na carência de uma ponderação consistente interna ao campo da Psicologia, a compreensão da adolescência tem sido mediada por perspectivas teórico-

metodológicas adaptadas de outras áreas – como a área médica e os estudos demográficos – sem que se tenha muitas vezes o cuidado de gerar o debate interdisciplinar.

A IMAGEM DOS ADOLESCENTES E JOVENS NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

A ideia de adolescência como fase de crise, de problemas, ainda é muito presente nas pesquisas, especialmente na Psicologia. A adolescência tem sido significada a partir de certos elementos de representações que os concebem como seres em crise existencial, em processo de transformação do corpo, fazendo descobertas sexuais, e que se comportam de forma rebelde. Ou ainda, como pessoas não responsáveis, imaturas e instáveis (ANCHIETA; GALINKIN, 2005; ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000).

Anchieta e Galinkin (2005) explicam que o modelo de adolescente se afasta daquilo que seria uma “pessoa de bem” e, para que ele se aproxime deste modelo é preciso que ele se torne responsável, respeitoso e honesto, ou seja, apresentar características emocionais de afetividade, amabilidade, amizade, carinho, dedicação, companheirismo e se submeter a um processo de disciplinarização via obediência, disciplina, caráter, estudo, educação, humildade.

O que se tem percebido até aqui é que, do ponto de vista psicológico, a adolescência tende a ser entendida a partir de três aspectos básicos: o impacto desenvolvimental da puberdade, a reorganização da vida social e a relação entre as mudanças biológicas, sociais e cognitivas. A compreensão da psicologia é a de que o adolescente é um ser pertencente a uma determinada faixa-etária⁷, frequentemente apresentada como problemática e ligada a atos de violência, formação de *gangs*, utilização de drogas, dentre outros, tal como observam Souza e Checchia (2005). Assim, os sujeitos pertencentes a esta faixa-etária específica estão associados à violência, à drogadição, ao descontrole social e sexual e a outros elementos negativos da vida social.

⁷No que se refere à caracterização cronológica para esse período da vida, o professor Arthur Jersild (1973), escreve, em seu livro *Psicologia da Adolescência*, que esse período “se estende de mais ou menos 12 aos 20 e poucos anos” (p.20). Já as análises realizadas por Michael Cole, em parceria com Sheila Cole (2003), sugerem que a adolescência tem sido elaborada detalhadamente nas sociedades industrialmente avançadas e que os psicólogos do desenvolvimento que se especializam nesse estágio desenvolvimental costumam distinguir três estágios: início da adolescência (11 a 14 anos), meados da adolescência (15 a 18 anos) e final da adolescência (18 a 21 anos). Sabe-se ainda que a tradição jurídica (cf. o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, de 1990) diferencia adolescente (12 a 18 anos incompletos) e jovem (18 a 21 anos), mas essas categorias “em nenhum lugar e em nenhum momento da história poderiam ser definidas apenas segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos” (LEVI; SCHIMITT, 1996, p. 14).

Grosso modo, as pesquisas têm trazido elementos muito negativos ao contexto de vida adolescente. Estes elementos já estão bastante naturalizados nas pesquisas, vinculando os adolescentes a uma possível “síndrome da adolescência normal”. As pesquisas que tratam da sexualidade, por exemplo, em muitas ocasiões, estão conectadas às problemáticas da gravidez precoce ou ainda a certos “problemas” desencadeados na vivência familiar, em função de fatores culturais e de conflitos de geração.

Entre os aspectos discutidos nos artigos sobre sexualidade estão a dificuldade de internalização da norma contraceptiva e a descoberta tardia da gravidez, o que, segundo Altmann (2007), faz pensar que a sexualidade do adolescente merece ser focada nas políticas sociais de proteção da infância e adolescência. O desenvolvimento da sexualidade é um dos aspectos tratados por Aberastury e Knobel (1988) como algo que caracteriza o “adolescente normal”. Esse desenvolvimento é tratado ainda de modo muito negativo remetendo a ideia de que o adolescente vive a sexualidade de forma desmedida e inconsequente, levando a crer que, ao tomar a sexualidade dessa forma, a observação de Altmann (2007) se torna bastante coerente.

É importante assinalar que grande parte das pesquisas sobre adolescência ou “adolescência normal” parece apoiada no entendimento de que o adolescente está exposto a uma série de riscos sociais próprios da sua fase: uso de drogas, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, violência. A expressão risco social é trabalhada por diversas áreas. Os profissionais da área médica, por exemplo, utilizam-na com mais frequência para indicar que incide sobre o sujeito um perigo de desenvolver uma determinada doença ou ainda para indicar o risco do contágio. No caso da área de saúde, o conceito de risco envolve conhecimento e experiência reunida sobre o perigo de alguém ou de a coletividade ser acometida por doenças, analisam Schenker e Minayo (2005). Termo fundamental da epidemiologia, a noção de risco diz respeito a conjunturas reais ou potenciais que causam efeitos adversos.

Risco e perigo não são palavras sinônimas. O sociólogo britânico Anthony Giddens(1994) comenta que *perigo* diz respeito a ameaças que circundam a busca dos resultados desejados, enquanto *risco* constitui uma estimativa acerca do perigo. A expressão consagrada *fatores de risco* designa, portanto, condições ou variáveis associadas à probabilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde, o bem-estar e o desempenho social, conforme postula Jessor (1987).

No campo social, o pedagogo Geraldo Caliman (2006) postula que, em uma ótica sociológica, a ideia de risco social pode ser compreendida a partir de três perspectivas, a saber, a psicossocial empírica, a sistêmica e a relacional. A *Perspectiva psicossocial empírica* sugere existir um risco voluntário constituído pelo modo como “as pessoas procuram a si mesmas como respostas aos determinismos sociais, aos vínculos e às pressões externas” (p. 281). O autor acrescenta ainda que para quem se considera um sobrevivente na sociedade moderna, “para quem afirma que não tem nada a perder, o risco é um comportamento normal”. (p. 282). A *Perspectiva sistêmica* indica que certos riscos são produto das decisões que os indivíduos têm que tomar para sua sobrevivência na sociedade. Aqui o risco é compreendido como uma consequência do estilo de vida e exige constantes ponderações e decisões. Na *Perspectiva relacional* há uma relação inadequada entre desafios e recursos. Sobre os termos desafios e recursos, Caliman explica que eles podem ser analisados como sendo tanto de proveniência externa (educação, formação profissional, cuidados com a saúde, trabalho, pertença a um grupo, adesão a modismos, e outras) quanto interna (capacidade do sujeito às demandas sociais e individuais de adaptação e de formação).

Ao discutir a multiplicidade de característica que compõem o processo de desenvolvimento do adolescente, Cárdenas (2000), Amparo, Biasoli Alves e Cárdenas (2004) e Morais e Koller (2004), chamam atenção para as experiências particulares vividas na adolescência nas quais se destaca atualmente a situação de risco psicossocial, compreendida pelas autoras como uma situação em que o jovem experimenta o estresse de forma expressiva em sua vida, seja por questões de características pessoais, seja pelas socioambientais. Assim, a análise dos fatores de risco se constitui em um aspecto importante que coloca o adolescente frente a uma problemática particular.

Entre os fatores de risco, Paludo e Koller (2005) citam aqueles de ordem individual, que se encontram estritamente relacionados às questões de gênero, problemas genéticos, carência de habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas limitadas; e os de riscos ambientais, como a violência, ausência ou fragilidade de suporte social e afetivo e o baixo nível sócio econômico. Isto é, situações que ameaçam o desenvolvimento saudável dos adolescentes.

A discussão trazida por Caliman (2006) evidencia essa imagem de risco como uma construção social que se alimenta cotidianamente das situações de marginalização e pobreza, tal como também discutem Paludo e Koller (2005). Nessa mesma perspectiva de análise,

Abramovay et al (2002) postulam que é preciso ter claro que a pobreza cria fatores de riscos, que diminuem a esperança de vida e prejudicam a sua qualidade. A pobreza, principalmente quando atinge as crianças e os jovens, cria insuficiências que comprometem não somente o futuro dos indivíduos, mas o futuro da sociedade como um todo.

Ao tratarem de discutir os fatores de risco enfrentados pela juventude brasileira, Abramovay et al (2002) trazem ao contexto da discussão o conceito de vulnerabilidade social, termo usado com mais frequência nos últimos anos para indicar as situações de risco ligadas não apenas à pobreza, mas às diversas modalidades de desvantagem social.

O conceito de vulnerabilidade foi originado no debate sobre Direitos humanos e associado à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente, no que referia à prevenção e controle da epidemia de HIV/AIDS. Em estudo sobre o conceito de vulnerabilidade, Ayres, França Júnior e Calazans (1999) pontuam que o termo foi associado à saúde pública, a partir da década de 90, no contexto de epidemia da AIDS, quando, em 1992, foi publicado o livro *AIDS in the world*, nos Estados Unidos. Este conceito passou a apontar para um conjunto de fatores, de níveis e amplitudes diferentes, cuja interação amplia ou reduz as possibilidades de uma pessoa se infectar com o vírus HIV.

Nessa perspectiva, os comportamentos individuais de maior ou menor exposição ao risco são considerados em relação a um conjunto mais amplo de determinantes, que devem ser contemplados. No que tange os comportamentos de risco que implicam os adolescentes, a Associação Americana de Psicologia aponta alguns elementos propícios ao risco, tais como fumo, abuso de álcool e/ou drogas, relações sexuais que podem levar à gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, evasão escolar, uso de armas, violência sexual, brigas etc.

Nesse contexto, o conceito de vulnerabilidade social foi construído, segundo Sanches (1999), a partir da premissa de que os fatores sociais têm uma forte influência tanto na vulnerabilidade pessoal quanto na programática. A análise da vulnerabilidade reconhece que grandes temas contextuais, como estrutura governamental, relações de gênero, atitudes em relação à sexualidade, crenças religiosas e pobreza, influenciam a capacidade de reduzir a vulnerabilidade pessoal ao HIV, tanto diretamente quanto mediada através dos programas sociais. A vulnerabilidade social inclui a vulnerabilidade à doença, bem como a vulnerabilidade ao impacto socioeconômico provocado pela AIDS.

Com o debate sobre vulnerabilidades, pretende-se, atualmente, conforme Castro e Abramovay (2002) evidenciam, (re)significar sentidos únicos e identificar potencialidades de acionar os sujeitos para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. “Haveria portanto uma vulnerabilidade positiva, quando se aprende, pelo vivido, a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo”. (p. 146).

Recentes artigos publicados no Brasil (BRASIL et al, 2006; SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005) compartilham dessa ideia de “vulnerabilidade positiva” ao sugerir que certos indivíduos são capazes de vivenciar ações positivas mesmo estando expostos a contextos de risco. Ou seja, há fatores que, na análise dos autores, tornam alguns indivíduos mais ou menos vulneráveis ao risco, fazendo com que alguns indivíduos consigam se desenvolver como o esperado, a despeito de todas as adversidades a que estejam expostos.

Os resultados do estudo realizado por Brasil et al (2006), no Distrito Federal, com 852 adolescentes, e que tinha como objetivo discutir situações de risco psicossocial em adolescentes, mostram que a violência, as tentativas de suicídio, a presença de drogas e a sexualidade são fatores de risco para os jovens. Entretanto, “estes adolescentes têm desenvolvido estratégias efetivas para a promoção de sua saúde, como o uso de preservativos nas relações sexuais, a convivência familiar cotidiana, a expectativa de apoio de vizinhos e líderes comunitários”. (p. 377). As autoras percebem que esta pode ser uma realidade específica do Distrito Federal e salientam a necessidade de construção de Políticas Públicas que beneficiem as questões de prevenção à violência intrafamiliar, e também a obtenção de sustentabilidade econômica destes jovens.

No âmbito da discussão acerca do risco e vulnerabilidade social, retoma-se a temática das drogas, que surgiu na pesquisa de Brasil et al (2006) e em outras pesquisas presentes no levantamento de literatura aqui realizado (PRATTA; SANTOS, 2006, 2007; SCHENKER; MINAYO, 2005). Estas pesquisas buscam compreender a complexidade dos fatores de risco e de proteção, além de discorrer sobre a dependência mútua de diversos contextos (entre eles, o familiar, o escolar, o grupal) considerados propícios tanto ao risco quanto à proteção ao uso das drogas legais ou não, fornecendo, em alguns casos, estratégias de prevenção.

Boa parte das discussões dessas pesquisas que colocam os adolescentes frente ao risco de consumir drogas ainda remete essa população à ideia de normalidade trazida por Aberastury e Knobel (1988). Incluem, dentre os diversos contextos propícios ao uso de drogas, as situações

vivenciadas em grupo. Porém, ao entrar em contato com as drogas, os adolescentes saem da suposta condição de normalidade para uma possível condição de infração. Os limites entre o uso de drogas na adolescência e juventude e a entrada no mundo da delinquência e da infração parecem ser bastante tênues, como sugerem algumas pesquisas da área psicológica.

Pesquisa realizada por Menandro (2004) mostra que há uma relação entre o uso de drogas na adolescência e o envolvimento dessa população com acidentes e violências, além do aumento de doenças, especialmente aquelas relacionadas ao uso frequente do cigarro. O uso de drogas, escreve a autora, “coloca os adolescentes em situação de perigo potencial não somente pela dependência a que o vício leva. Associados ao consumo das drogas estão outros comportamentos de risco” (p. 143). Menandro destaca que o risco de gravidez e de contrair doenças sexualmente transmissíveis aumenta porque as drogas podem levar a relações sexuais sem proteção. Junto com o uso abusivo de drogas vêm comportamentos cujas consequências os adolescentes não preveem. Além de tragédias individuais ou familiares, o consumo de drogas resulta na necessidade de internações para tratamento de dependência e, não raras vezes, em suicídio.

O envolvimento dos adolescentes e jovens com o uso de drogas preocupa a comunidade científica e a sociedade em geral. Em pesquisa publicada por Carranza e Pedrão (2005), evidencia-se que foi principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX que a preocupação dos estudiosos com este tema aumentou, fato que coincide com maior visibilidade da prevalência e da precocidade do uso de drogas na adolescência.

De acordo com Schenker e Minayo (2005) os fatores de risco e de proteção em relação ao uso de drogas estão relacionados com seis questões interdependentes: individuais, familiares, escolares, midiáticas, de relacionamento com os pares e a comunidade de convivência. Fatores como sexo, idade, estrato socioeconômico, desempenho escolar e o histórico de uso de drogas na família também devem ser levados em consideração nessa análise.

A pesquisa realizada em 2007, por Pratta e Santos, revela a concordância dos autores com essa lista de fatores elaborada por Schenker e Minayo (2005). Pratta e Santos avaliam que ela descreve bem os contextos de risco ou de proteção ao uso de drogas na adolescência e chamam atenção para o vínculo entre lazer e consumo de drogas. Estes autores realizaram um estudo com dois grupos de adolescentes, um grupo de usuários de drogas e outro grupo de não usuários, e mostram que há correlação significativa entre as atividades de lazer praticadas por ambos os grupos e o uso de drogas. Eles concluem que adolescentes pertencentes ao grupo de não usuários

de substâncias psicoativas praticam mais atividades esportivas e saem mais junto com familiares. Em contrapartida, sair com amigos do mesmo sexo e do sexo oposto e frequentar bares foram atividades, expressivamente, mais citadas por adolescentes usuários de drogas.

Uma hipótese levantada em 2001, por Rebello, Monteiro e Vargas, sobre a frequência de adolescentes e jovens nos bares, é que, muitas vezes os adolescentes preferem, quando saem com os amigos, frequentar lugares que consideram de maior “agitação” a frequentar os lugares com opções culturais de lazer. Os lugares mais comumente frequentados são barzinhos, danceterias, *shopping* e clubes. Em muitos destes ambientes, o acesso a substâncias psicoativas, principalmente as legalizadas, é bastante fácil. Assim, um grande número de adolescentes pode, facilmente, entrar em contato com tais substâncias.

Nesta mesma direção Rodríguez e Luis (2004) constatam que quando um adolescente sai acompanhado de amigos que fazem uso de substâncias psicoativas, as chances de o adolescente experimentar ou começar a fazer uso delas pode ser bem maior, a depender de como ele enfrenta as pressões exercidas pelo grupo. Os autores sustentam os postulados do médico alemão, GuntherKlosinki (2006), para quem o principal fator que influencia o consumo de drogas na adolescência é a convivência com o grupo de coetâneos. Ele escreve que os lugares onde o consumo de drogas ilegais acontece com maior frequência são as festas, vindo logo em seguida as discotecas e as escolas. Entre os principais motivos, razões e objetivos do consumo se constatam a curiosidade, a autorrecompensa, a necessidade de reconhecimento ou a crescente pressão do grupo.

Além da pressão dos grupos de pares, Schenker e Minayo (2005) apontam a influência da mídia na decisão de fazer uso de drogas lícitas. As autoras falam da mídia como produtora de risco em relação ao uso de drogas na adolescência. Sobretudo no caso das drogas legalizadas, “os meios de comunicação geralmente mostram imagens muito favoráveis. O uso do álcool e do tabaco costuma vir associado, por meio da publicidade, a imagens de artistas, ao glamour da sociabilidade e à sexualidade” (p. 710). Geralmente as propagandas mostram as substâncias como potencializadoras de fama e sucesso.

Outra pesquisa indica ainda que a mídia contribui para o consumo de álcool, ao veicular anúncios que sugerem haver relação entre consumo de bebida alcoólica e sensação de relaxamento ou para esquecer os problemas que acometem os indivíduos (SANCEVERINO; ABREU, 2004). Interessa notar que os anúncios associam o consumo de drogas com beleza,

sucesso profissional, riqueza, sedução, mas os efeitos do consumo excessivo das substâncias psicoativas não são claramente divulgados pelos veículos de comunicação.

O fato é que o uso de drogas chama atenção dos pesquisadores, principalmente, por aproximar adolescentes e jovens da delinquência e da prática de atos infracionais. Além do mais, conforme observações de Laranjeira (2004), poucos fenômenos sociais causam mais custos com justiça e saúde, dificuldades familiares, e notícias na mídia do que o consumo abusivo de álcool e drogas.

Pesquisa realizada por Adorno et al (1999b) indica haver fortes evidências de que há relação entre o consumo e tráfico de drogas com a prática de crime por jovens brasileiros. Ao focalizar a situação da violência juvenil no Município de São Paulo, os autores suspeitam que a criminalidade organizada constituída, sobretudo, em torno do narcotráfico, não tenha se restringido à cidade do Rio de Janeiro. Para eles, é bem provável “que as disputas entre quadrilhas, no mais das vezes gravitando em torno do tráfico de drogas, sejam responsáveis pelo imenso crescimento das mortes de adolescentes nos últimos anos” (p. 72). Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 35) aconteceu um considerável

aumento generalizado no número de roubos e furtos a residências, carros e pessoas; grau maior de organização social do crime; aumento da violência nas ações criminais; aumento acentuado das taxas de homicídio e outros crimes violentos; e aparecimento de quadrilhas de assaltantes a bancos. Essa mudança de padrão se consolidaria e expandiria nos anos 1980, com a generalização do tráfico de drogas, em especial da maconha e da cocaína, o emprego de armamento sofisticado, de grande poder de destruição. Nesse período, firmaram-se as redes de tráfico, estruturadas em moldes econômicos relativamente racionais (ou mesmo empresariais), com poder de atração sobre os jovens e com eventuais efeitos de violência nas transações criminosas.

No livro *Difíceis ganhos fáceis*, publicado em 2003, a socióloga Vera Magaluti Batista analisa a problemática das drogas e juventudes no Rio de Janeiro e indica que, de fato, a cocaína se consolidou no Brasil na década de setenta, ao mesmo tempo em que se fortaleceu, em nível planetário, o neoliberalismo. Assim, a autora analisa que:

Num mundo onde nenhuma lei vale mais do que a da oferta e da demanda, a cocaína transforma-se numa mercadoria altamente valorizada. O sistema convive com seu uso social, sua alta lucratividade, mas desenvolve um discurso moral esquizofrênico que demoniza a parcela da população atirada à venda pelo mercado de trabalho excludente e recessivo. A manutenção da sua ilegalidade aumenta sua lucratividade e reduz à condição de bagaço humano uma parcela significativa da juventude pobre de nossas cidades. (BATISTA, 2003, p. 41).

A complexidade dos interesses e mecanismos que movimentam o tráfico de drogas no país ainda não foi desvendada. Esse quebra-cabeça tem muitas peças que ainda não foram localizadas, mas os estudos atuais evidenciam que os jovens, especialmente os pobres, são os mais requisitados para compor as equipes de comercialização desse rentável e perigoso produto. Assis (1999) postula que os adolescentes e jovens não tem boas opções de inserção profissional, principalmente aqueles com baixa escolaridade. Assim, eles se inserem no tráfico de drogas, que se configura como uma atraente oferta de trabalho.

Zaluar (1998) corrobora esse argumento e descreve como se dá a relação entre drogas, infração e pobreza no contexto brasileiro. Não que Zaluar assuma ser esta uma relação direta e que as drogas e a infração não estejam também presentes na vida de jovens de estratos sociais mais abastados, o que ela busca evidenciar é que há uma percepção social muito marcante de que a infração pelas drogas exerce uma forte atração no meio dos jovens carentes ao significar uma maneira rápida e fácil de ganhar dinheiro.

A autora mostra como a participação em grupos organizados do tráfico de drogas possibilita aos adolescentes e jovens demonstrar que tem força e agressividade, ao passo que adquirem uma espécie de *passaporte para a aceitação social*. Essa seria uma forma de os jovens receberem aceitação social, ainda que seja por esse grupo específico, ao invés de ficarem à margem de uma sociedade que os ignora e onde nenhum lugar lhes é reservado. As vantagens oferecidas pelos chefes do tráfico entrariam em oposição à pobreza que impera nas favelas, e onde tudo só se consegue com muito trabalho e muitos sacrifícios.

O Brasil tem uma das mais altas taxas de homicídio do mundo, observa Ramos (2007). No centro do problema, indica a autora, estão os jovens, especialmente os pobres e negros moradores de favelas e periferias urbanas. As respostas que tanto o Estado como a sociedade civil brasileira têm dado ao problema da criminalidade e da violência são lentas e insatisfatórias. É, pois, sobre os setores mais vulneráveis da população que recai a violência cotidiana e nesse contexto a miséria, a exclusão, a falta de escolas, a falta de uma boa educação acaba por introduzir os jovens em um processo de criminalização que, segundo Batista (2003, p. 71), “apenas magnifica e reedita a marginalização que seu destino de preto e pobre já marcava”.

Essa correlação entre violência e pobreza, ou o tripé: drogas, pobreza, infração, tal como observou-se em parágrafos anteriores dificulta uma visão da adolescência como uma fase permeada de positivities, já que os jovens têm sido frequentemente identificados como autores

de atos violentos e de infrações das mais diversas naturezas. Na psicologia, sociologia e ciências sociais, a tematização das drogas nos artigos aqui analisados, associa o uso de droga à adolescência e ambas à infração, situando os adolescentes e jovens nas discutidas situações de risco ou de vulnerabilidade social.

Em linhas gerais, no cotidiano contemporâneo, as ideias sobre adolescência estão associadas à noção de crise, desordem, irresponsabilidade, enfim, *problema social* a ser resolvido, que merece atenção pública. Assim, o enfoque de risco aparece fortemente associado a expressões como: gravidez de risco, risco de contrair o HIV, risco de uso de drogas ilícitas, risco de vida frente à violência e, como postularam Medrado e Lyra (1999), o risco generalizado parece definir e circunscrever negativamente esse período da vida, possibilitando a construção de expressões absurdas como a própria *prevenção da adolescência*.

Desde a publicação da obra de Stanley Hall, mais de 100 anos se passaram e Almeida (2005) observa que, apesar desse longo período, os comportamentos “negativos” ainda têm sido amplamente estudados, enquanto pesquisas que revelam um desenvolvimento mais positivo, e que produzem conhecimentos que podem servir para fazer a sociedade civil avançar, permanecem em número bem menos significativo.

Menandro (2004) identificou na literatura produzida no século XX, acerca dos adolescentes e jovens nas sociedades ocidentais, a construção de um modelo peculiar de adolescência, o qual se atrelou às distintas áreas do conhecimento. Neste modelo, enfatizam-se cinco elementos amplamente difundidos na sociedade, a saber: a ambiguidade, marcada por uma vivência que não presa pela coerência, nem pelo cumprimento das normas sociais; a ideia de transitoriedade, indicando ser esta uma fase passageira entre a infância e o mundo adulto; ideia de conflito potencial e rupturas, sugerindo a vivência de conflitos, problemas e comportamentos delinquentes; ideia de potencialidade de mudança e de adaptabilidade social, entendimento de adolescente como ser adaptável, munido de certas potencialidades, passível de modificar costumes e até mesmo a própria organização social; conceito comum de juventude como categoria compartilhada, noção de que todos os jovens, de qualquer lugar e tempo, vivenciam um conjunto similar de processos, situações e experiências.

O único artigo que fala de religião (MARIZ, 2005) discute a radicalidade das experiências juvenis em distintas esferas da vida, especialmente a religião e a política, na tentativa de compreender o papel tenso e ambíguo cumprido pelos jovens em movimentos religiosos. Parece

que muitos estudiosos ainda partem do pressuposto que ser adolescente é enfrentar crises, é ter problemas, é não agir com cautela, independente do contexto em que esteja inserido.

Alguns artigos ligam os jovens à prática de atos violentos (LARANJEIRA, 2007; RAMOS, 2007; TAVARES, 2006) e por mais que a abordagem seja positiva, de explicitação dos estereótipos historicamente construídos ou de busca por possíveis soluções para os “problemas juvenis”, neles a visão do adolescente ou jovem como alguém propício a cometer atos de violência sempre aparece.

Discorda dessa relação direta entre juventude e problemas, Luís Antonio Groppo (2000), cientista social, autor de um importante ensaio sobre as juventudes modernas, para quem a juventude é conceituada como uma categoria social e, além de ter se tornado uma representação sociocultural, é necessário compreendê-la em suas relações, nos espaços e contextos onde está inserida, a partir de suas manifestações e modos de vida.

Assumida essa ótica, os limites etários, indefinidos e provisórios, e os estereótipos devem ser todos abandonados. Groppo (2000) argumenta que as classificações cronológicas são insuficientes e que por isso não se devem admitir como incontestáveis as divisões das faixas etárias hoje prevaletentes. A literatura jurídica define a adolescência delimitando-a à faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, enquanto que Cole e Cole (2003) sugerem a idade inicial de 11 e final de 21 anos para esse período da vida. Os aportes sociológicos, que utilizam com mais frequência o termo juventude, compreendem que é necessário pensar em uma faixa etária mais dilatada que vai, conforme estudos de Schmidt (2001), de 12 a 25 anos. Essa falta de consenso sobre a delimitação etária da adolescência/juventude revela que as fronteiras conceituais ainda não foram definidas, ou revela talvez a impossibilidade de demarcação de uma fronteira.

Uma análise da juventude brasileira feita por Gonçalves (2005) indica que o interesse pela juventude renasce de tempos em tempos, e parece contaminado sempre pelos mesmos elementos: crises, explosões, turbulências. Explica ainda que nos anos de 1920 toda uma geração de jovens italianos, judeus, irlandeses e afro-americanos se tornou objeto de estudos da sociologia, fato evidenciado por Zaluar (1998). Foram as lutas de gangues, a explosão demográfica nas grandes cidades e os elevados índices de disseminação das doenças sexualmente transmissíveis que deram abertura para as ciências humanas privilegiarem o julgamento dos jovens sob o signo do negativismo. Assim,

Firmou-se no imaginário social a associação entre a juventude e as grandes questões de cada tempo: no século XXI, quando grassam as preocupações com o individualismo exacerbado e a criminalidade crescente, o jovem emerge como individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana. (GONÇALVES, 2005, p. 208).

As questões aqui discutidas levam a crer que convive no cenário brasileiro a figura de um adolescente “normal”, cujas características se alicerçam nas marcas da negatividade que constituem a adolescência ao longo da história não só brasileira, mas ocidental. Tem-se ainda a imagem de um adolescente infrator, que carrega um estereótipo ainda mais negativo. Este é visto como alguém que se opõe fortemente às normas sociais, que se droga e é disseminador de violências. Esse mesmo adolescente infrator é vinculado à pobreza, insinuando que a violência juvenil é algo próprio das camadas populares, o que está contestado por diversas pesquisas, conforme foi evidenciado.

Além do vínculo com a pobreza, o Transtorno de Conduta seria outro fator possivelmente ligado ao perfil do adolescente autor de ato infracional, conforme postulados de Padovani (2003). Esse autor postula que “os adolescentes infratores apresentam um padrão repetitivo e consistente de conduta, na qual os direitos, regras ou normas sociais são constantemente violados. Tais indicadores de problemas de comportamento são mais comuns em indivíduos do sexo masculino” A incidência do transtorno em indivíduos do sexo masculino se dá, como explica o autor, na proporção que varia de 4 a 12 para 1.

O Manual de Classificação e Descrição das Doenças Mentais da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (DSM-IV), publicado em 1995, indica que o Transtorno de Conduta se traduz em um repetitivo e persistente comportamento no qual são violados os direitos básicos dos outros ou normas ou regras sociais importantes apropriadas à idade. Entre as ações que caracterizam esse transtorno estão: conduta agressiva que causa ou ameaça danos físicos a outras pessoas ou a animais; conduta não agressiva que causa perdas ou danos à propriedade; defraudação ou furto; sérias violações de regras. O Transtorno de Conduta só se confirma se três ou mais comportamentos característicos tiveram sido manifestados durante os últimos 12 meses, com presença de pelo menos um desses nos últimos 6 meses.

O texto do DSM-IV (1995) preconiza ainda que esse comportamento pode estar presente em casa, na escola ou comunidade e as crianças ou adolescentes com este transtorno frequentemente iniciam o comportamento agressivo e reagem agressivamente aos outros. Elas podem exibir um comportamento de provocação, ameaça ou intimidação; iniciar lutas corporais

frequentes; usar uma arma que possa causar sério dano físico; ser fisicamente cruéis com pessoas ou animais; roubar em confronto com a vítima ou forçar alguém a manter atividade sexual consigo. A violência física pode assumir a forma de estupro, agressão ou, em casos raros, homicídio.

Benetti et al (2008), publicaram uma revisão de literatura dos artigos publicados nacionalmente no período de 1995 a 2005, sobre as situações prioritárias de saúde mental na adolescência, definidas pela Organização Mundial da Saúde, tais como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, Transtorno de Conduta, transtornos alimentares, psicoses, maus-tratos e violência. Foram identificados nesse período 971 publicações, nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), Index Psi Periódicos e SciELO. Os parâmetros utilizados para a pesquisa foram: 1) *depressão, suicídio, transtorno depressivo*, para a categoria Depressão; 2) *ansiedade, transtorno da ansiedade, transtorno da falta de atenção com hiperatividade*, na categoria Ansiedade; 3) *drogas, transtornos relacionados ao uso de substâncias*, na categoria Abuso de Substâncias; 4) *transtorno da conduta, delinquência juvenil*, na categoria Transtorno da Conduta e Delinquência; 5) *anorexia, bulimia, transtornos alimentares*, para Transtornos Alimentares; 6) *violência, violência doméstica, maus-tratos infantis, abuso sexual*, na categoria Violência; 7) *psicose, transtorno psicótico, psicopatologia, saúde mental*, para a categoria Saúde Mental.

Foram analisados 27 artigos completos sobre transtornos de conduta e/ou delinquência na adolescência. Nessa categoria, 17 trabalhos foram da área da Psicologia/Psicanálise, seis da Medicina e quatro da Saúde Coletiva. Grande parte dos trabalhos foi, segundo as autoras, composta de artigos teóricos sobre identificação de quadros clínicos, sobre teorias e modelos explicativos do envolvimento com condutas agressivas e com um destaque maior para trabalhos voltados para a discussão de modelos de intervenção e prevenção. Também foram apontadas as características da cultura contemporânea e da privação emocional durante o desenvolvimento (BENETTI et al, 2008). As análises permitiram concluir que há um grande interesse na compreensão e identificação dos quadros clínicos e também no delineamento de estudos voltados para o atendimento dos casos de saúde mental dos adolescentes. Além disso, a revisão de literatura realizada reforça a ligação entre infração e Transtorno de Conduta, além de evidenciar

outros elementos explicativos para as condutas infracionais já mencionados aqui, como a estrutura familiar e seus padrões de relacionamento.

Outra informação importante é que nos indivíduos do sexo masculino, o TDO é mais prevalente entre aqueles indivíduos que, nos anos pré-escolares, têm temperamento difícil como alta reatividade, dificuldade em serem acalmados ou ainda naqueles que apresentam alta atividade motora. Quanto ao contexto de manifestação da doença, ela é mais prevalente em famílias nas quais os cuidados da criança são alterados por uma sucessão de diferentes responsáveis ou em famílias nas quais práticas rígidas, inconsistentes ou negligentes de criação dos filhos são comuns. Os sintomas, geralmente, se manifestam antes dos oito anos de idade. (DSM-IV, 1995).

Quanto ao TDAH, o DSM-IV (1995) indica que sua característica principal está associada a um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade. A frequência e severidade desse padrão de comportamento devem se manifestar em pelo menos dois contextos, casa e escola, por exemplo, havendo claras evidências de influência no funcionamento social, acadêmico ou ainda ocupacional do sujeito. Os indivíduos com frequência têm dificuldade para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas e consideram difícil persistir em tarefas até seu término.

Em adolescentes e adultos, os sintomas de hiperatividade assumem a forma de sensações de inquietação e dificuldade para envolver-se em atividades tranquilas e sedentárias. A impulsividade manifesta-se como impaciência, dificuldade para protelar respostas, responder precipitadamente, antes de as perguntas terem sido completadas, dificuldade para aguardar sua vez e interrupção frequente ou intrusão nos assuntos de outros, a ponto de causar dificuldades em contextos sociais, escolares ou profissionais. Os sintomas são mais presumíveis em situações de grupo, situações com as quais grande parte dos adolescentes se envolve no cotidiano de suas vidas.

O adolescente infrator parece, então, possuir traços ou características pessoais que o diferencia do “adolescente normal” é o que fica evidente sempre que alguém se dispõe a traçar o perfil do adolescente em conflito com a lei. Entre esses traços, além de uma condição de saúde mental que merece ser clinicamente testada, está a pobreza, figurando como ponto fundamental.

Geralmente a falta de dinheiro, de escolaridade e de uma família estruturada são os elementos presentes no perfil adotado para o adolescente infrator na sociedade contemporânea. Acontece que essa ideia de falta se apresenta vinculada ao adolescente infrator e ao adolescente

carente na mesma medida, como se ambos se constituíssem em um só, fato que deve ser veementemente rechaçado. O adolescente carente tem sido penalizado pelo menos de duas formas diferentes: primeiro, por ser percebido como um potencial infrator, o que gera na sociedade um sentimento de rejeição, de exclusão, de desprezo; segundo, por ter os direitos básicos de alimentação, educação e lazer, entre outros, negados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas que trabalham buscando evidenciar a adolescência a partir de um olhar mais positivo da adolescência/juventude (ALMEIDA, 2005; AMARAL, 2006; ASSIS et al, 2004; CAMACHO, 2001; CARDIA, 1997b; ESPÍNDULA; SANTOS, 2004; MENANDRO, TRINDADE E ALMEIDA, 2005) ainda não se fizeram ecoar no cenário social da atualidade brasileira.

Já as pesquisas relacionadas com os termos juventude revelam que na Sociologia, Antropologia, História e Educação, as temáticas estão voltadas não apenas para os problemas já evidenciados, mas, sobretudo, para situações diversas da vida dos jovens. Essas pesquisas, no entanto, reafirmam a ideia de crise, de excessos, de conflitos.

Observa-se ainda que são escassas as pesquisas na área de educação, o que se faz problemático já que a escola lida cotidianamente com essa parcela da população e deve empreender esforços para sua formação não apenas do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, mas também social, ético e moral. Os educadores precisam compreender a adolescência e a juventude, estudá-las, percebê-las em sua totalidade de interesses e especificidades, sob pena de não obterem sucesso no trabalho que realizam no ambiente escolar.

O fato é que a representação social que se tem da adolescência e da juventude, seja ela classificada de normal, infratora ou carente, é colorida com tonalidades que ofuscam o brilho dessa etapa da vida, onde há um grande espaço para crescimento e descobertas. Possivelmente, a culpa que a sociedade carrega por não conseguir educar boa parcela dos sujeitos que se encontram nesse campo do desenvolvimento induz a uma responsabilização do próprio jovem ou adolescente pelas situações enfrentadas no cotidiano de suas ações. É isso que as pesquisas aqui discutidas, parecem evidenciar.

Revela-se, pois, com este estudo a necessidade de novas pesquisas que sejam capazes de olhar para a adolescência e juventude buscando apreender seus desejos e ressaltando suas capacidades infinitas de aprendizado e de superação, de modo que a sociedade passe a conhecer os adolescentes e jovens não como inimigos públicos, mas como protagonistas de importantes ações para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- ALMEIDA, A. M. O. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. (Org.). *Violência Urbana em Brasília*. (1ª ed., 219-249) Brasília: UnB, 2005.
- ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e Práticas Sociais: Contribuições Teóricas e Dificuldades Metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8 (3), 257-267, 2000.
- ALTMANN, H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional. *Educação em revista*. [online], 46, 287-310, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 2 mai, 2008.
- AMARAL, L. T. Instituições de internação para adolescentes em conflito com a lei: A inserção dos amigonianos em Brasília. *Dissertação de Mestrado*. Brasília: UnB, 2006.
- AMPARO, D. M., ALVES, P. B.; CÁRDENAS, C. J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 14(1), 1-13, 2004.
- ANCHIETA, V. C. C. & GALINKIN, A. L. (2005). Policiais civis: representando a violência. *Psicologia e Sociedade [Online]* 17(1), 29-37. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 17 out, 2006.
- ASSIS, S. G. *Traçando caminhos numa sociedade violenta. A vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1999.
- ASSIS, S. G., et al. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Revista Panamericana Salud. Publica*. 16,(1), 43-51, 2004.
- AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS, G. S. H. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, R.; PAKER, R. (Org.). *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. (pp. 50-71). Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.
- BATISTA, V. M. *Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENETTI, S. P. da C.; e Cols. Adolescência e saúde mental: revisão de artigos brasileiros publicados em periódicos nacionais. *Cadernos de Saúde Pública [online]*, 23(6), 1273-1282, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 2 jul, 2008.

- BLANK, D. Semiologia e atenção primária à criança e ao adolescente. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12. 1399-1402, 2007.
- BOARATI, M. A.; FU-I, L. O uso da olanzapina em adolescente com transtorno do humor bipolar após síndrome neuroléptica maligna. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, Mar 2008, vol.30, no.1, p.86-86, 2008.
- BRASIL, K. T. et al. Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do DF. *Paidéia*, 16(35),377-382, 2006.
- CALIMAN, G. *Desvio social e delinquência juvenil: Teorias e fundamentos da exclusão social*. Brasília: Universa, 2006.
- CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 123-140, 2001.
- CAPUTO, V. G.; BORDIN, I. A. Gravidez na adolescência e uso freqüente de álcool e drogas no contexto familiar. *Revista de Saúde Pública [Online]*, 42(3), 402-410, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12 ago, 2008.
- CÁRDENAS, C. *Adolescendo: Um estudo sobre a constituição da identidade do adolescente no âmbito da escola. Tese de doutorado*. Brasília: UnB, 2000.
- CARDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P. S. (org.), *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997b.
- CARNIEL, E. F. e al. Características das mães adolescentes e de seus recém-nascidos e fatores de risco para a gravidez na adolescência em Campinas, SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]*, 6 (4), pp. 419-426, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- CARRANZA, D. V.; EDRÃO, L. J. Satisfacción personal del adolescente adicto a drogas em el ambiente familiar durante la fase de tratamiento em um instituto de salud mental. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13, 836-844, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventude. *Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas*, 19 (2), 19-46, 2002.
- COLE, M.; COLE, S. R. *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Trad. Magda França Lopes, 4ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DIAS, A. B., & AQUINO, E. M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: Algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 1447-1458, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 30 nov, 2006.
- ESPÍNDULA, D. H. P.; SANTOS, M. F. de S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo [Online]*, 09(3), 357-367, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 02 nov, 2006.
- GIDDENS, A. Risco, confiança e reflexividade. In: GIDDENS, A. BECK, U.; LASH, S. (orgs.). *Modernidade reflexiva*. (pp. 207-254) Editora Unesp, São Paulo, 1994.

- GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DFEL, 2000.
- JERSILD, A. T. *Psicologia da Adolescência*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1973.
- JESSOR, R. (1987). Risky driving and adolescent problem-behavior: An extension of problem-behavior theory. *Alcohol, Drugs, and Driving*, 3, 1-11, 1987.
- KLOSINSKI, G. *A adolescência hoje: situações, conflitos e desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LARANJEIRA, C. A. análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo [online]*, 12(2), 221-227, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 2 jul, 2008.
- LEVI, G.; SCHIMITT, J. C. *História dos jovens I: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- MADEIRA et al. Hiperparatireoidismo primário associado a epifisiólise de cabeça do fêmur em adolescente. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia; Metabologia [Online]*, 49(2), 314-318, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- MAGALHÃES, M. de L. C. et al. estação na adolescência precoce e tardia: há diferença nos riscos obstétricos? *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [Online]*, 28(8), 446-452, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul 2007.
- MARIZ, C. L. Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião. *Tempo Social*, 17(2), 253-273, 2005.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; CASTELO BRANCO, V. (Org.). *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. (pp. 230-248). Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretária de Políticas de Saúde, 1999.
- MENANDRO, M. C. S. Gente jovem reunida: um estudo de Representações Sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Tese de doutorado*. Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.
- MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55(1-2), 49-64, 2005.
- MITSUHIRO, S. S. et al. Teenage pregnancy: use of drugs in the third trimester and prevalence of psychiatric disorders. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 28, n. 2, Jun 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- MONTE, O. et al. Carcinoma de tireóide na infância e adolescência. *Arquivos Brasileiros Endocrinologia Metabólica*, São Paulo, v. 51, n. 5, Jul 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- MORAIS, N. A; KOLLER, S. H. Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, Psicologia Positiva e Resiliência: Ênfase na saúde. In: KOLLER, S. H. (Org.), *A ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*. (pp.91-108). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- MOURA, F. C. Adolescência: efeitos da ciência no campo do sujeito. *Psicologia clínica*, 17(2), 113-125, 2005.
- OLIVEIRA, M. C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*. 11(2), 427-436, 2006.
- PADOVANI, R. C. Resolução de problemas com adolescentes em conflito com a lei: uma proposta de intervenção. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, UFSCar, 2003.
- PALUDO, S.; KOLLER, S. H. Quem são as crianças em situação de rua: Vítimas ou vitimizadoras? *Interação em Psicologia*, 9(1), 65-76, 2005.
- PERES, S. O. ; HEILBORN, M. L. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública [Online]*, 22 (7), 1411-1420, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- PINHEIRO, P. S. E ALMEIDA, G. A. Violência urbana. São Paulo: Publifolha, 2003.
- PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia*, 11(3), 315-322, 2006.
- _____. Lazer e Uso de Substâncias Psicoativas na Adolescência: Possíveis Relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), 43-52, 2007.
- RAMOS, S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup), 1303-1311, 2007.
- REBELLO, S., MONTEIRO, S.; VARGAS, E. P. A visão de escolares sobre drogas no uso de um jogo educativo. *Interface*, 5(8), 75-88, 2001.
- RODRIGUEZ, G. M.; LUIS, M. A. V. Estudio descriptivo del uso de drogas en adolescentes de educación media superior de la ciudad de Monterrey, Nueva León, México. *Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]*, 12 (n. Esp), 391-397, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- ROHDE, L. A.; TRAMONTINA, S. O tratamento farmacológico do transtorno bipolar na infância e adolescência. *Revista de Psiquiatria Clínica, [Online]*, 32 (1), 117-127, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.
- SANCEVERINO, S. L.; ABREU, J. L. C. Aspectos epidemiológicos do uso de drogas entre estudantes do ensino médio no município de Palhoça. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(4), 1047-1056, 2004.
- SANCHES, K. R. B. A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade. *Tese de Doutorado*. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1999.
- SANCHEZ, A. I. M. ; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 319-324, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 18 out, 2007.
- SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo [online]*, 10 (2), 209-216, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 16 jul, 2007.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. Fatores de Risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 2 jul, 2008.

SOUZA, S. R.; OLIVEIRA, I. C. S. Entre desafios e possibilidades: estratégias para ensinar a cuidar em enfermagem do adolescente com câncer. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 41 (3), 508-512, 2007.

TAVARES, B. Gangsterismo jovem: observação participante e a Escola de Chicago. *Sociedade; Estado [online]*, 21(3), 781-791, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 2 jul, 2008.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba. Os enigmas da violência no Brasil. In. SCHWARCZ, L. (Org). *História da vida privada no Brasil*. (pp. 245-318). São Paulo: Cia. dasLetras, 2008.